

CT. GFC 582/2020
03 de Dezembro de 2020

Sra.
Claudia Santana Da Rocha Santos
Representante Legal
JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO
TRABALHO EIRELI
Rua Major Telles, 38 – Conjunto 12 – Centro
Itapecerica da Serra - SP
CEP 06850-001

CONTRATO Nº 005920306100 – Designação de Gestor

Prezada Senhora,

Comunicamos a V.Sas. que o Sr. José Erlan Dias Alves, Chefe do Departamento de Provimento e Desenvolvimento de Pessoal - DFHD, telefone (011) 3117-7148, será o responsável pela gestão do contrato em referência.

Sua função será a de coordenar os trabalhos, servindo de ligação entre V.Sas. e esta Companhia, na administração de problemas, tomando decisões técnicas e administrativas, dentro dos limites contratuais.

Atenciosamente,



SANDRA REGINA MATOS BORGES
Gerente de Contratações e Compras



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA
TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE BRIGADA
DE INCÊNDIO – FORMAÇÃO DE BRIGADA DE
INCÊNDIO, QUE ENTRE SI, FAZEM A COMPANHIA
PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM E
JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI.**

Pelo presente instrumento, elaborado para um único efeito, as partes abaixo assinadas, de um lado a **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 71.832.679/0001-23, Inscrição Estadual nº 113.898.614-110, com sede em São Paulo - SP, na Rua Boa Vista, nº 185, doravante denominada simplesmente **CPTM**, por seus representantes legais ao final qualificados, e, de outro, a **JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI**, inscrita no C.N.P.J. sob nº 00.238.681/0001-20, com sede na Rua Major Telles, 38 – Conjunto 12, na cidade de Itapeverica da Serra - SP, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por seus representantes legais ao final qualificados, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos, na forma da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – **CPTM**, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos artigos 89 a 99 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, das normas internas específicas da **CPTM** e do Código de Conduta e Integridade e Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros da **CPTM**, pelas condições constantes do edital e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, nas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO

- 1.1 Constitui objeto do presente contrato a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE BRIGADA DE INCÊNDIO – FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO**.
- 1.2 A presente contratação, para fins de informação à Receita Federal do Brasil, não envolve transferência de tecnologia à **CPTM**.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 2.1 Para melhor caracterização do objeto, bem como para definir procedimentos decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este instrumento todos os documentos do edital do Pregão Eletrônico nº 0059203061, bem como os seguintes:

- Anexo I Termo de Referência
- Anexo II Proposta da **CONTRATADA**;
- Anexo III Planilha de Quantidades e Preços Propostos;
- Anexo IV Cronograma Físico-Financeiro
- Anexo V Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade; e
- Anexo VI Termo de Ciência e de Notificação.

- 2.2 No caso de divergências entre o contrato e seus anexos, prevalecerá o disposto neste contrato.

2.3 Se a divergência for entre anexos, prevalecerá aquele de data mais recente.

2.4 No caso de divergência entre os anexos e a Proposta da **CONTRATADA** prevalecerão os documentos da **CPTM**.

3. REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 Os serviços objeto do presente contrato serão executados sob o regime de **empreitada por preço unitário**.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser executados estritamente em conformidade com as condições pormenorizadamente definidas e especificadas neste contrato e no Edital do Pregão Eletrônico nº 0059203061, integrante deste instrumento para todos os fins e efeitos legais.

4.1.1 A execução dos serviços iniciar-se-á a partir da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – OS.

4.1.2 Todos os elementos técnicos e informações relativas aos serviços contratados são de exclusiva propriedade da **CPTM** e deverão ser devolvidos findo o presente contrato, não podendo seu conteúdo ser copiado ou revelado a terceiros sem autorização expressa e escrita da **CPTM**, sob pena de responder a **CONTRATADA** por perdas e danos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E DE VIGÊNCIA

5.1 O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura.

5.2 O prazo de execução do objeto contratual é de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço - O.S., a ser emitida pela CPTM em até 15 dias da data da assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.

5.3 A inobservância do prazo de execução estipulado nesta cláusula somente será admitida pela **CPTM**, quando fundamentada nos motivos de força maior nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro ou por motivos imputáveis à **CPTM**, os quais deverão ser comprovados sob pena de a **CONTRATADA** incorrer nas penalidades estipuladas neste contrato.

5.4 A hipótese de que trata o subitem anterior somente será considerada mediante solicitação escrita e fundamentada da **CONTRATADA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da ocorrência do fato gerador do atraso e desde que aceita, também por escrito, pela **CPTM**.

5.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

5.6 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste contrato em dia de expediente na **CPTM**.

- 5.7 Na hipótese de a publicação do ato ocorrer em dia não útil, será considerado publicado o primeiro dia útil seguinte.

6. VALOR DO CONTRATO

- 6.1 As partes atribuem a este contrato, para efeitos de direito, o valor total de R\$ 714.240,00 (setecentos e quatorze mil, duzentos e quarenta reais), em julho/2020, mês-base dos preços.

- 6.1.1 O valor definido nesta cláusula contempla toda mão de obra, materiais, equipamentos, instrumentos, transportes, acessórios, tributos, encargos, taxas, seguros cabíveis e todos os demais custos, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto deste instrumento contratual.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1 A despesa referente ao valor do presente contrato será processada por conta de recursos que estão alocados no **PTRES nº 379228, Natureza da Despesa nº 339039, Origem dos Recursos 004004004 - RAV nº 4480/2019.**

8. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1 Os serviços objeto deste contrato serão apontados por medições mensais e deverão contemplar todos os serviços realizados no período e aprovados pela CPTM.
- 8.2 A medição será realizada diretamente pela **CONTRATADA**, indicando as quantidades correspondentes aos serviços previstos e realizados, a data e o local onde os mesmos foram executados e o valor correspondente às atividades executadas no período abrangido pela mesma.
- 8.3 A medição deverá ser numerada sequencialmente, discriminando o número deste contrato, o seu objeto e a Ordem de Serviço correspondente.
- 8.4 A medição deverá ser apresentada à **CPTM** até o 3º (terceiro) dia útil, contado do último dia do período de adimplemento de cada parcela, mediante protocolo onde conste a data de sua entrega.
- 8.5 A **CPTM** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a conferência da medição e dos relatórios e a sua aprovação.
- 8.6 A medição não aprovada pela **CPTM** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir da data de sua reapresentação para nova conferência.
- 8.7 A parcela não rejeitada seguirá o processamento normal, conforme estabelecido nesta cláusula.
- 8.8 A devolução da medição não aprovada pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.

- 8.9 Na hipótese de devolução da medição de forma indevida, a **CPTM** ressarcirá à **CONTRATADA** o valor da rejeição, acrescido de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano, calculados "pro rata tempore" desde a data de vencimento original até a do efetivo pagamento.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1 A **CPTM** procederá ao pagamento nas condições previstas nesta cláusula.

- 9.1.1 Após a aprovação da medição, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, apresentar ao Departamento Fiscal – DFSF da **CPTM**, sito na Rua Boa Vista, 170 – 3º andar – Bloco 5 – São Paulo/SP, o(s) documento(s) fiscal(is) pertinentes à operação, dos quais deverão constar todos os tributos incidentes na fonte sobre a prestação dos serviços, conforme estabelecido na cláusula de tributos deste contrato.
- 9.1.2 No(s) documento(s) fiscal(is) deverá(ão) ser indicados o número do contrato, o período medido, o número da Ordem de Serviço – O.S., o número da medição e os locais de realização dos serviços. No processamento do pagamento, obedecerá a **CPTM** às disposições contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.
- 9.1.3 O documento fiscal não aprovado pela **CPTM** será devolvido à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 9.1.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 9.1.4 A devolução do documento fiscal não aprovado pela **CPTM** em hipótese alguma servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços.
- 9.1.5 A **CPTM** efetuará o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da nota fiscal no DFSF, desde que aprovadas a medição e a nota fiscal, nos prazos estabelecidos nas cláusulas da medição e de pagamento deste contrato.
- 9.1.5.1 A efetivação do(s) pagamento(s) oriundo(s) deste contrato fica condicionada à inexistência de registro da **CONTRATADA** no CADIN Estadual, nos termos da Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008.
- 9.1.6 Na hipótese de ocorrer devolução da medição, conforme estabelecido na correspondente cláusula deste contrato, o prazo de pagamento será dilatado pelo número de dias contados entre a data de devolução e a(s) data(s) da nova apresentação.
- 9.1.7 Caso ocorra atraso no pagamento, por motivos imputáveis à **CPTM**, os valores devidos serão acrescidos de juros moratórios de 6% (seis por

cento) ao ano, calculados "pro rata tempore", desde a data de vencimento da obrigação até a do efetivo pagamento, conforme fórmula abaixo:

$$VJM = VA \times (1,06)^{n/365}, \text{ onde:}$$

VJM = Valor em atraso acrescido de juros moratórios

VA = Valor em atraso

n = Número de dias em atraso

- 9.1.8 Excetuam-se os atrasos decorrentes de caso fortuito ou de força maior previstos no artigo 393 do Código Civil Brasileiro, desde que devidamente comprovados.
- 9.1.9 Os valores de eventuais reajustamentos de preços deverão ser indicados no corpo do documento fiscal e faturados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo, bem como da cópia da publicação dos índices de preços que compõem a fórmula de reajuste.
- 9.1.10 Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente, junto ao BANCO DO BRASIL S.A., na forma do Decreto 62.867, de 03/10/2017, estando vedada a cobrança bancária.
- 9.1.11 A **CONTRATADA** deverá informar, por escrito, o tipo, o número da conta corrente, o número e o nome da agência de sua conta, em até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do contrato, por correspondência dirigida ao Departamento de Controle e Orçamento - DFFO da **CPTM**, na Rua Boa Vista, nº 175 – 2º andar – Bloco B – Centro – São Paulo/SP.
- 9.1.12 A **CPTM** poderá, sem prejuízo do disposto na cláusula DAS PENALIDADES, descontar dos pagamentos das faturas importâncias que, a qualquer título, forem-lhe devidas pela **CONTRATADA** em razão do presente contrato ou de qualquer outro celebrado entre a **CPTM** e a **CONTRATADA**.
- 9.1.13 Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela **CONTRATADA** contra a **CPTM** não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A **CPTM** não se obriga a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança por meio de Bancos ou empresas de "factoring".
- 9.1.14 A **CONTRATADA** dará como quitadas todas as duplicatas ou outros documentos de cobrança sacados contra a **CPTM**, pela efetivação do crédito em sua conta corrente.

10. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Para o reajustamento dos preços unitários contratados, deverá ser observada a legislação vigente, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = P0 \times [(IPCi / IPC0) - 1], \text{ onde:}$$

R = Parcela de Reajuste;

P0 = Valor base do contrato no mês de aplicação do reajuste; e

IPCi/IPC0 = Variação do IPC-FIPE ocorrida entre o mês da data base da proposta e o mês de aplicação do reajuste.

- 10.1 A periodicidade anual para a aplicação do reajuste será contada a partir do mês base dos preços - julho/2020.
- 10.2 Na hipótese de até a emissão do documento de cobrança, não ter sido divulgada a variação do índice, o reajustamento será calculado, de forma provisória, por meio da aplicação do último índice conhecido.
- 10.3 Quando da publicação dos índices definitivos, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal e documento de cobrança referentes à diferença do reajuste, cujo pagamento deverá ocorrer a 10 (dez) dias da entrega desses documentos à CPTM ou na data de vencimento original, o que ocorrer depois.
- 10.4 Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o quanto disposto nesta cláusula, as partes concordam desde já com a sua adequação aos dispositivos legais pertinentes.
- 10.5 Na hipótese de ocorrer atraso em relação ao previsto no cronograma contratual, por motivos imputáveis à CONTRATADA, o reajuste referente à parcela em atraso será calculado somente até a data em que os serviços deveriam ter sido executados pelo cronograma em questão.

11. TRIBUTOS

- 11.1 Todos os tributos e demais encargos devidos em decorrência, direta ou indireta, deste instrumento ou de sua execução encontram-se incluídos no preço do contrato, competindo à **CONTRATADA** apurá-los e recolhê-los, sem direito a reembolso. Na hipótese de fornecimento que implique à **CPTM** apurar e recolher o ICMS – DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA de que trata art. 117 do RICMS PAULISTA, a **CONTRATADA** desde logo autoriza que o pertinente valor seja deduzido/glosado de pagamentos subsequentes a ela efetuados.
- 11.2 A alíquota do ICMS, já inclusa no preço, será aquela vigente por ocasião do faturamento para a **CPTM**, correspondente ao respectivo Estado da Federação.
- 11.3 A **CPTM** se reserva o direito de solicitar à **CONTRATADA**, quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 11.4 Se durante o prazo de vigência deste contrato houver a alteração da alíquota dos tributos e demais encargos, ou a instituição de novos tributos que diretamente afetem os preços constantes deste contrato, os mesmos serão ajustados desde que devidamente comprovada a sua incidência e devidamente acordada entre as partes.
- 11.5 Caso haja majoração de tributos e esta esteja incluída na fatura, estando a **CONTRATADA** em atraso em relação ao prazo de execução dos serviços, por fatos de sua exclusiva responsabilidade, a **CPTM** responderá, unicamente, pelo valor do tributo da época em que o evento deveria ter sido realizado, devendo a **CONTRATADA** suportar o ônus dessa diferença.
- 11.6 A **CPTM**, quando for a responsável tributária e nessa qualidade, apurará e reterá os tributos devidos dos pagamentos que efetuar e os recolherá segundo a legislação vigente.

- 11.7 As notas fiscais serão emitidas com observância do prazo de recolhimento dos tributos incidentes na fonte. Na hipótese de a emissão se der após o prazo de recolhimento ou de forma ou tempo que não permita o tempestivo recolhimento dos tributos incidentes na fonte, a **CONTRATADA**, assume desde logo, a responsabilidade pelo pagamento dos correspondentes encargos moratórios.
- 11.8 A **CONTRATADA** deverá fazer constar em suas notas fiscais todos os tributos incidentes na fonte, com indicação de sua base de cálculo, alíquota e do montante apurado. Na hipótese de isenção ou outra ocorrência que venha a inibir a incidência tributária, a **CONTRATADA** deverá indicá-la no documento fiscal, acompanhada do devido fundamento legal.
- 11.9 Na ocorrência de divergência entre o valor do tributo informado na nota fiscal e o efetivamente apurado, retido e recolhido na fonte, a **CONTRATADA** desde logo reconhece e autoriza à **CPTM** a deduzir a diferença apurada no próprio ou em futuros pagamentos a ela efetuados, a qualquer título.
- 11.10 Quando se tratar de faturamento decorrente de serviços tributados pelo Imposto sobre Serviços - ISS, retidos e recolhidos pela **CPTM**, a cobrança deverá ser efetuada por documentos fiscais individualizados, de acordo com o município em que é prestado o serviço.
- 11.11 A **CONTRATADA**, se permitida a dedução de materiais da base de cálculo do ISS, deverá tomar as providências previstas na legislação municipal pertinente para que ocorra seu reconhecimento pelo órgão municipal competente, de modo a que o ISS indicado na nota fiscal corresponda exatamente ao valor a ser recolhido. Nestas providências incluem-se o prévio exame da fiscalização ou o cadastramento das notas fiscais de materiais em programas específicos de apuração de impostos municipais.
- 11.12 É de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer tributos e/ou encargos financeiros que venham a ser imputados a **CPTM**, em decorrência de incorreções de faturamento ou de situações que possam inibir a **CPTM** do cumprimento de suas obrigações tributárias, cabendo o respectivo ressarcimento.

12. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

- 12.1 Para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **CONTRATADA** apresentou garantia de adimplemento das condições estabelecidas neste instrumento, no valor de R\$ 35.712,00 (trinta e cinco mil, setecentos e doze reais), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, recolhida junto ao Departamento de Finanças da **CPTM**, a qual deverá ser atualizada sempre que houver reajustamento ou atualização dos preços do contrato.
- 12.1.1 A garantia estabelecida nesta cláusula pode ser prestada mediante caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, cabendo à **CONTRATADA** optar por uma dessas modalidades, devendo os termos do seguro-garantia e/ou fiança bancária serem submetidos à prévia aprovação da **CPTM**.
- 12.1.2 A garantia, se prestada por fiança bancária, deverá ter seu valor expresso em REAL, com atualização automática de seu valor, na mesma época, índice, forma e periodicidade estabelecidos no item de Reajustamento de preços.

- 12.1.3 A garantia prestada em dinheiro deverá ser depositada diretamente na conta a ser indicada pelo Departamento de Finanças da CPTM, devendo a cópia do certificado de depósito ser entregue naquele departamento, situado na Rua Boa Vista nº 175 – 4º andar – Bloco A – Centro – São Paulo/SP.
- 12.1.4 Independentemente da modalidade de garantia apresentada, esta deverá ser complementada, também, quando da eventual incidência de reajuste dos preços deste contrato, com base no mesmo índice de reajuste adotado, devendo o complemento ser apresentado até o 30º (trigésimo) dia do mês em que ocorrer a aplicação do reajuste.
- 12.1.4.1 Havendo deduções do valor da garantia, pela aplicação de eventuais multas, a CONTRATADA obriga-se a regularizar a garantia quanto à complementação até o valor estabelecido no subitem 12.1 supra, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da comunicação escrita da CPTM.
- 12.1.5 No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a CONTRATADA deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência de 10 (dez) dias úteis ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o término da vigência do contrato, ficando também explícita a renúncia do fiador ao direito expresso nos artigos 827, 835 e 838 do Código Civil Brasileiro.
- 12.1.6 Desde que cumpridas as obrigações assumidas, a garantia prestada será liberada ou restituída no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD proporcionalmente aos valores contratuais referentes aos serviços, observadas as condições insertas no subitem 25.4 e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.
- 12.1.7 A CPTM poderá fazer uso da garantia de execução contratual, para pagamento de indenizações, bem como das multas previstas neste instrumento e, não sendo esta suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença e pela garantia e/ou complementação da garantia a ser mantida, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

13. OBRIGAÇÕES DA CPTM

13.1 A CPTM se responsabiliza por:

- 13.1.1 Fornecer todas as informações necessárias e que estiverem disponíveis para o desenvolvimento dos serviços objeto do presente contrato.
- 13.1.2 Notificar por escrito a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontrados na execução dos serviços.
- 13.1.3 Notificar por escrito a **CONTRATADA** da aplicação de eventual penalidade.

13.1.4 Proporcionar acesso adequado às instalações e a movimentação do pessoal e equipamentos da **CONTRATADA** nas dependências e instalações da **CPTM**.

13.1.5 Viabilizar toda fiscalização necessária ao acompanhamento dos serviços.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 A **CONTRATADA** se obriga a:

14.1.1 Preliminarmente a emissão da Ordem de Serviço – OS:

14.1.1.1 Apresentar, antes da emissão da Ordem de Serviço – OS, cópia da **Anotação de Responsabilidade Técnica** emitido pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a empresa possui **profissional de nível superior**, regularmente cadastrado na entidade de classe, podendo ser tecnicamente responsável pelo serviço prestado. Como também os documentos comprobatórios de habilitação dos instrutores conforme item 5.4.5 e 5.4.6 da IT17/2019:

- Diploma reconhecido pelo MEC com a formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho ou Técnico do Trabalho;
- Diploma reconhecido pelo MEC com a formação em Medicina ou Enfermagem do Trabalho;
- Ensino médio completo e especialização em Prevenção e Combate a Incêndio (carga horária mínima de 120 horas-aula para risco baixo ou médio e 160 horas-aula para risco alto) e técnicas de emergências médicas (carga horária mínima de 100 horas-aula para risco baixo, médio ou alto) para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

14.1.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento incluindo alvarás, habilitação junto aos órgãos oficiais de proteção ao meio ambiente (CETESB, etc.), certificados relativos a destinação de resíduos, e obrigações trabalhistas.

14.1.3 Confiar as atividades a profissionais idôneos e habilitados, utilizando-se o mais alto nível da técnica atual. A **CONTRATADA** deverá fornecer **instrutores habilitados** sendo imprescindível que os mesmos comprovem no mínimo os seguintes pré-requisitos contidos no item 5.4.5 da IT 17/2014;

- Formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho; devidamente registrados nos órgãos de classe (CREA) ou componente dos Corpos de Bombeiros Militares com comprovação de exercício na função por mais de 05 (cinco) anos;

- Dispor, para a atividade em pista, de pelo menos 1 instrutor habilitado e 1 auxiliar para cada turma de 18 treinandos;
 - Dispor de um instrutor habilitado na prestação de Primeiros Socorros e um auxiliar para cada turma de 18 treinandos.
- 14.1.4 Em caso de alteração do instrutor ou do auxiliar, a contratada deverá fazer a imediata comprovação de suas habilitações no prazo máximo de 2 dias antes do treinamento, sob o risco de não pagamento da turma realizada
- 14.1.5 A CONTRATADA deverá dispor durante os treinamentos que envolvam segmentos práticos em pista, de profissional em tempo integral, habilitado na prestação de primeiros socorros, tendo como pré-requisito mínimo o curso de Técnicas de Primeiros Socorros. A CONTRATADA deverá manter no local de desenvolvimento dos treinamentos, **materiais de primeiros socorros**, além de **transporte específico (ambulância)**, **material necessário de remoção (prancha, Maca, Colar Cervical)** para encaminhamento em caso de acidente ao Hospital ou Similar, ficando as despesas a cargo da própria CONTRATADA.
- 14.1.6 Responsabilizar-se tecnicamente pela direção e execução dos serviços, conforme especificações técnicas e normas contratuais e na forma da legislação em vigor. Manter durante toda a execução dos serviços, um empregado legalmente designado, na qualidade de coordenador, com autoridade bastante para atuar em nome da CONTRATADA, a fim de garantir a boa qualidade dos serviços e facilitar o trabalho da CPTM.
- 14.1.7 Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução do objeto do contrato e, conseqüentemente, responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que venha a provocar ou causar, durante a execução do serviço.
- 14.1.8 Substituir, quando solicitado pela CPTM, o profissional alocado como coordenador do contrato ou qualquer outro empregado que, comprovadamente, prejudique o bom andamento técnico ou administrativo dos serviços, em no máximo 1 (um) dia útil a partir da solicitação, independentemente do seu nível hierárquico.
- 14.1.9 Dar início à execução dos serviços a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço - O.S. emitida pela **CPTM**.
- 14.1.10 Não alterar nenhuma especificação ou projeto sem prévia consulta e aprovação da **CPTM**.
- 14.1.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto do contrato, conduzindo-os de modo eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 14.1.12 Manter o local de execução dos serviços sempre em ordem e de acordo com as normas de segurança, preservando as integridades físicas dos empregados e demais profissionais autorizados para fiscalização destes.

- 14.1.13 Conduzir os trabalhos em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.14 Arcar com todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre este contrato, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.
- 14.1.15 Considerar custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância.
- 14.1.16 Possuir quadro de empregados qualificados, com formação e conhecimentos específicos e compatíveis com os serviços especializados necessários para desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 14.1.17 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, fornecendo aos mesmos os EPIs necessários, devendo apresentar-se devidamente identificados com crachás.
- 14.1.18 Cientificar a **CPTM** o mais rapidamente possível, e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito, de qualquer ocorrência anormal que se verificar no decorrer dos trabalhos, dentro das responsabilidades descritas.
- 14.1.19 Facilitar a ampla ação da Fiscalização da CPTM, prestando esclarecimentos e informações solicitadas, promovendo fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações e exigências que forem apresentadas, garantindo-lhe acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos ao serviço executado ou em execução.
- 14.1.20 A CONTRATADA deverá encaminhar, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o treinamento, uma declaração e lista de presença que conste o nome de todos os participantes por turma devidamente assinada pelo responsável da CONTRATADA, e os certificados individuais de participação dos treinandos, para fins de registro no sistema informatizado de dados da CPTM.
- 14.1.21 Fornecer os materiais, insumos e recursos humanos necessários à completa execução dos serviços.
- 14.1.22 A CONTRATADA deverá fornecer apostila, pasta e caneta a cada participante do treinamento, sendo que a apostila deverá ser previamente analisada e aprovada pela CPTM. A apostila deverá contemplar em seu conteúdo, todos os conceitos necessários para o desenvolvimento dos programas específicos.
- 14.1.23 A CONTRATADA deverá fornecer uniformes apropriados a serem utilizados durante à realização do segmento prático (pista) do treinamento. Além disto, deverá fornecer os EPI'S necessários como capacete, sendo 01 (um) por participante, além de outros equipamentos que considere necessário.

- 14.1.24 A contratada também será responsável pelo **transporte dos treinandos** entre o local do treinamento e a CPTM, através de ônibus fretado ou similar, com acomodação de assentos para todos os participantes. O ponto de partida e chegada dos treinandos será definido pela CPTM, devendo ser considerado para efeito de cálculo o Centro de Treinamento da Lapa, situado na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães número 1000, Vila Anastácio, São Paulo/SP. As despesas com transporte não poderão onerar os custos dos treinamentos oferecidos, assim como o tempo de percurso não deverá ser computado na realização das horas de treinamento.
- 14.1.25 A empresa deverá disponibilizar um representante responsável para acompanhar o percurso de ida e volta ao local onde será ministrado o curso.
- 14.1.26 O tempo total despendido para o transporte e início do treinamento, desenvolvimento (curso) até seu término e retorno não deverá ultrapassar 11 (onze) horas da saída inicial.
- 14.1.27 Todos os equipamentos e combustíveis que serão utilizados deverão ficar a cargo da CONTRATADA
- 14.1.28 Paralisar, por determinação da **CPTM** ou seus prepostos, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações técnicas, projetos, normas regulamentadoras e a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.1.29 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à **CPTM**, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CPTM**.
- 14.1.30 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento.
- 14.2 Será admitida a substituição do responsável técnico de que trata o subitem 14.1.1.1 desta cláusula por outro de experiência equivalente ou superior, desde que devidamente justificada pela CONTRATADA, hipótese em que haverá prévia aprovação da CPTM e obrigará à nova ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à ART original, nos termos do artigo 31 da Resolução CONFEA nº 1.025 de 30/10/2009.
- 15. PESSOAL**
- 15.1 O pessoal que a **CONTRATADA** empregar para a execução dos serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **CPTM** e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**. No caso de vir a **CPTM** ser denunciada judicialmente, a **CONTRATADA** a ressarcirá de qualquer despesa que, em decorrência, vier a ser condenada a pagar.

- 15.2 A **CONTRATADA** deverá responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão de obra empregada na realização dos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho, impostos e outras providências e obrigações necessárias à realização dos serviços ora contratados. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos referidos, não transfere à **CPTM** responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 15.3 Ocorrerem eventuais ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, fica esta, obrigada a requerer a exclusão da **CPTM** da lide, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.
- 15.4 Na hipótese de a **CPTM** vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamationárias trabalhistas, propostas por empregados ou ex-empregados da **CONTRATADA**, durante a vigência contratual e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas. Na eventualidade do contrato ter sido encerrado e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela **CPTM**, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a **CPTM** utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a **CONTRATADA**, com a qual, desde já a mesma expressa concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 15.5 A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CPTM** os documentos comprobatórios de habilitação dos instrutores conforme item 5.4.5 da IT17/2016 e deverá obedecer a todos os requisitos do item 7 do Termo de Referência.

16. FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A **CPTM** reserva-se o direito de exercer diretamente por si ou por intermédio de terceiros, devidamente credenciados, ampla fiscalização do cumprimento das obrigações atribuídas à **CONTRATADA**, solicitando à mesma, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à **CPTM** quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços contratados.
- 16.2 No desempenho de suas atividades, é assegurado à fiscalização, o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.
- 16.3 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade de executar os serviços com toda cautela, boa técnica e qualidade dos serviços contratados.
- 16.4 A **CONTRATADA** obriga-se a atender as determinações da fiscalização da **CPTM** relativas à técnica de execução e à segurança do trabalho.
- 16.5 Todos os trabalhos serão verificados pelo Gestor do contrato antes de serem apropriados, cabendo à **CONTRATADA** tomar todas as providências necessárias para essa verificação, a qual será realizada com base nas Especificações e Normas Técnicas pertinentes.

- 16.6 Até o recebimento definitivo do objeto do contrato/serviço, a **CONTRATADA** será responsável, sem qualquer ônus para a **CPTM**, pela conservação e manutenção dos serviços por ela executados.
- 16.7 Todos os defeitos, falhas e omissões detectadas pelo Gestor do contrato nos elementos técnicos apresentados e na execução dos serviços, deverão ser corrigidos pela **CONTRATADA**, sem ônus para a **CPTM**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de sua comunicação. A aceitação dos serviços será concretizada somente depois de realizadas todas as correções exigidas pelo Gestor do contrato, quando será emitido o Termo de Recebimento Provisório dos serviços realizados.

17. PENALIDADES

- 17.1 Salvo ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devida e formalmente justificados/comprovados, ao não cumprimento, por parte da **CONTRATADA**, das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, poderão ser aplicadas, segundo a gravidade da falta, garantida prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as seguintes penalidades:
- 17.1.1 Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha a **CONTRATADA** concorrido diretamente;
- 17.1.2 Multa de 1% (um por cento) por cada dia de atraso, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- 17.1.3 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese de descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- 17.1.4 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do saldo do contrato, na hipótese da reincidência da ação ou da omissão, que tenha justificado a aplicação da multa estabelecida no subitem anterior;
- 17.1.5 Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor atualizado do saldo do contrato, em caso desistência ou rescisão do contrato.
- 17.1.6 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos a **CONTRATADA** que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 17.2 As penalidades de multa serão, sempre que possível, descontadas dos créditos da **CONTRATADA** ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.
- 17.3 O pagamento das multas previstas nos subitens 17.1.3 a 17.1.5 não exime a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que ultrapassem o valor das penalidades aplicadas.
- 17.4 Na hipótese de não existirem pagamentos previstos, efetivamente configurados, a **CONTRATADA** deverá efetuar a quitação da multa em até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento do documento de cobrança respectivo, no Departamento de Finanças da **CPTM**, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se aos procedimentos judiciais cabíveis.

- 17.5 O não pagamento da multa no prazo estipulado importará na incidência de juros moratórios de 6% (seis por cento) ao ano “pro rata tempore”, até seu efetivo pagamento, utilizando-se para o cálculo a mesma fórmula indicada no subitem 9.1.7 deste contrato.

18. RESCISÃO

18.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão do seu cumprimento, levando a **CPTM** a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- c) A subcontratação do objeto que importe em desatendimento das condições de qualificação técnica e sem prévia autorização da **CPTM**;
- d) A fusão, cisão, incorporação, associação da **CONTRATADA** com outrem, bem como a cessão ou transferência, total ou parcial, sem prévia autorização da **CPTM** para avaliação da manutenção das condições de habilitação;
- e) O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;
- f) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- g) A dissolução da sociedade, o falecimento da **CONTRATADA**, a decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** que prejudique a execução do contrato;
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Diretoria Colegiada;
- j) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- k) O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- l) O atraso nos pagamentos devidos pela **CPTM**, superior a 90 (noventa) dias, decorrentes de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- m) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- n) A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº 12.846/2013.

- 18.2 A rescisão por iniciativa da **CONTRATADA** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
- 18.3 Em qualquer hipótese de rescisão contratual, os serviços já elaborados ou em elaboração, pela **CONTRATADA**, até a data rescisória, passarão à propriedade da **CPTM**.
- 18.4 A rescisão amigável ocorrerá por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, e será reduzida a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a **CPTM**.
- 18.5 Nos demais casos de rescisão, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será essa ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, nos termos do disposto no artigo 160 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.

19. ALTERAÇÕES

- 19.1 O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, por acordo das partes, nos casos previstos no art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.2 A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos.
- 19.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no subitem anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes, e deverão ser feitos por meio de termos de aditamento, mantidos os preços unitários e demais condições contratuais.
- 19.4 Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 19.2.
- 19.5 O presente instrumento poderá ser renovado, desde que observadas as disposições do artigo 151 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 19.6 Em caso de concessão de linhas ou serviços da **CPTM**, que tenham como resultado uma redução da necessidade do objeto contratado, considerando o interesse público envolvido, a **CPTM** notificará a futura contratada com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias, visando a desmobilização parcial ou total dos serviços e/ou podendo realizar alterações no escopo em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) ou mesmo antecipar o encerramento do contrato com a redução de escopo e de prazo, inclusive considerando o percentual acima estabelecido, a seu critério e sem custos adicionais de qualquer ordem às partes, renunciando, a contratada, expressamente e desde já a qualquer direito ou valor a título de indenização e/ou reequilíbrio econômico-financeiro advindo dessa desmobilização, pois presumir-se-ão incorporados aos custos da proposta vencedora.

20. SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

- 20.1 O Objeto do presente contrato é indivisível e deverá ser executado em sua totalidade pela **CONTRATADA**, não sendo admitida a subcontratação.

21. GARANTIA TÉCNICA

- 21.1 A responsabilidade técnica pelos documentos elaborados pela **CONTRATADA** subsistirá, mesmo após o recebimento definitivo dos mesmos pela **CPTM**, na forma e nos prazos determinados pela legislação vigente.
- 21.2 A **CONTRATADA** responderá pela boa qualidade dos documentos técnicos, pelos serviços e pelos fornecimentos por ela desenvolvidos e executados, mesmo após a aprovação pela **CPTM**.
- 21.3 A garantia deverá abranger todos e quaisquer tipos de falhas detectadas, a qualquer tempo, em relação à utilização inadequada de materiais, equipamentos ou mão de obra, de fornecimento e responsabilidade da **CONTRATADA**.

22. PROPRIEDADE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 22.1 Todos os relatórios, documentos técnicos, informações, análises, compilações, estudos e outros documentos elaborados pela **CONTRATADA**, na execução dos serviços, serão entregues à **CPTM**, na forma impressa e em meio eletrônico, junto com inventário detalhado dos referidos documentos, respeitados os direitos de propriedade industrial.
- 22.1.1 Os documentos referidos no subitem anterior, oriundos da prestação de serviços objeto desta contratação, quando em arquivo eletrônico, deverão apresentar formatos compatíveis (Microsoft Word, MS Excel, Autocad, MS Power Point, VISIO, Corel Draw, MS Project, MS Access) com os existentes na **CPTM**.
- 22.2 No entanto, a documentação fornecida poderá ser utilizada pela **CPTM**, em qualquer ampliação, modificação ou alteração que julgar conveniente.
- 22.3 A documentação técnica apresentada à **CONTRATADA** é de propriedade da **CPTM**, sendo vedada sua utilização pela **CONTRATADA** para outros fins que não os previstos neste contrato. A **CONTRATADA** deverá manter rigoroso sigilo a respeito dessa documentação.
- 22.4 Quando do encerramento definitivo deste contrato, a **CONTRATADA** deverá ter entregue à **CPTM**, todos os documentos a que estiver contratualmente obrigada.

23. DIREITOS AUTORAIS

- 23.1 A **CONTRATADA** deverá garantir, indenizar e proteger a **CPTM**, seus sucessores, cessionários, clientes e usuários contra quaisquer responsabilidades, inclusive custos, indenizações, despesas, reclamações, ações ou processos judiciais sejam de que natureza forem, resultantes ou relacionados com qualquer infração dos dispositivos de marcas e patentes e/ou direitos autorais, com relação à execução do objeto deste contrato.
- 23.2 A **CPTM** comunicará à **CONTRATADA**, por escrito, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais contra ela propostas, obrigando-se a **CONTRATADA**, conforme opção da **CPTM**, a:
- 23.2.1 Defendê-la na forma entendida como a mais conveniente, pagando quaisquer danos, prejuízos e/ou custos a que venha a **CPTM** a ser condenada, por força das citadas medidas;

- 23.2.2 Substituir, por produtos não infringentes, os produtos ou parte desses produtos declarados como tal, por decisão judicial, ou modificá-los, de forma a torná-los produtos não infringentes;
- 23.2.3 Garantir à **CPTM** a continuidade e qualidade dos serviços previstos no contrato.
- 23.3 Em qualquer das três hipóteses, correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas para adoção da opção entendida como mais conveniente pela **CPTM**, bem como as despesas relativas à consecução da(s) alternativa(s) indicada(s) e aprovada(s) pela **CPTM**.
- 23.4 Os materiais e equipamentos a serem utilizados deverão encontrar-se totalmente desembaraçados de controle ou acordo com terceiros, especificamente patentes ou "know-how", que impeçam a **CPTM** o conhecimento de detalhes do projeto.

24. COMUNICAÇÕES

- 24.1 Todas as comunicações recíprocas, relativas a este contrato, serão consideradas como efetuadas se entregues por correspondência endereçada como segue:

CPTM:

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

RUA BOA VISTA, Nº 185 – CENTRO

SÃO PAULO / SP

CEP 01014-001

CONTRATO Nº 005920306100

CONTRATADA:

JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI

RUA MAJOR TELLES, 38 – CONJUNTO 12 - CENTRO

ITAPECERICA DA SERRA - SP

CEP 06850-001

CONTRATO Nº 005920306100

CONTATO: CLAUDIA SANTANA DA ROCHA SANTOS

TEL/FAX: (11) 4666-5050 R. 5403

E-MAIL: licitacao@lmedseg.com.br / licitacao@ecofire.com.br

- 24.2 A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos ou Memorandos de Remessa - MR, será feita mediante correio eletrônico ou carta, ambos com comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação ou gestão. Em quaisquer dos casos, deverá sempre constar o número deste contrato, o assunto, data de recebimento e o nome do remetente.

- 24.3 A **CPTM** e a **CONTRATADA** deverão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura deste instrumento, apresentar por escrito os nomes e respectivos cargos dos empregados designados pelas mesmas, para serem responsáveis pela gestão do presente contrato, aos cuidados dos quais deverão ser dirigidas as correspondências aqui previstas.

25. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

- 25.1 No recebimento e aceitação do objeto deste contrato serão observadas, no que couber, as disposições contidas no artigo 154 do Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM**.
- 25.2 O objeto deste contrato será aceito pela **CPTM**, desde que atenda as condições estipuladas neste instrumento e nos documentos que fazem parte integrante do mesmo.
- 25.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório - TRP, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita de conclusão dos trabalhos pela **CONTRATADA**. Na emissão do TRP, deverão ser registradas todas as pendências a serem solucionadas no período de observação de defeitos ou falhas na conclusão do escopo. Não ocorrendo a solução das pendências nos prazos contratuais, a **CONTRATADA** passará à condição de inadimplência perante a **CPTM**.
- 25.4 O Recebimento Definitivo será efetuado no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data de expedição do Termo de Recebimento Provisório - TRP, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo - TRD, assinado pela **CPTM** e pela **CONTRATADA**.

26. NOVAÇÃO

- 26.1 Se qualquer das partes permitir, por tolerância, o descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas ou condições do presente instrumento ou de seus anexos, tal fato não implicará novação das obrigações ora assumidas.

27. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 27.1 Aplica-se a este contrato, e principalmente aos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, no Regulamento de Licitações e Contratos da **CPTM** e na Lei Federal nº 13.303/16, bem como na Legislação Estadual pertinente.

28. VINCULAÇÃO

- 28.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 0059203061 e à proposta da **CONTRATADA**.

29. FORO

- 29.1 Os contratantes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.



E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinadas uma à **CONTRATADA** e a outra a **CPTM**.

São Paulo, 03 de Dezembro de 2020.

Pela **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**:

PEDRO TEGON MORO

Diretor Administrativo e Financeiro em Exercício

pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 144.051.718-58

RG Nº 21.448.592-4

PEDRO TEGON MORO

Diretor Presidente

pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 144.051.718-58

RG Nº 21.448.592-4

IVAN APARECIDO DE SOUZA MORENO

Gerente de Desenvolvimento Organizacional e

Recursos Humanos

ivan.moreno@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 825.990.418-72

RG Nº 9.710.478

Pela **CONTRATADA**:

CLAUDIA SANTANA DA ROCHA SANTOS

Representante Legal

licitacao@lmedseg.com.br

E-mail pessoal: N/I

CPF Nº 272.463.878-62

RG Nº 27.596.388-3

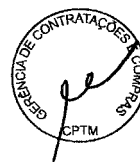
TESTEMUNHAS:

Moyses Navarrio Lucato

Assistente Administrativo III

CN Nº 085920306100

Humberto Bifolco
Analista de Processos de
Contratação - GFC/A



ANEXO I
Termo de Referência

ANEXO I

CONTRATO Nº 005920306100

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços de treinamento teórico e prático em técnicas de combate a incêndio para formação de Brigadistas - TREINAMENTO DE FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

Trata-se de treinamento de exigência legal para atender às normas de Segurança do Trabalho, a NBR 14276 e Decretos do Estado de São Paulo 46076/01 e 56.819/11 (Regulamento de Segurança Contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco do Estado de São Paulo), bem como a IT 17/2019 - Instrução Técnica Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, visando amparar legalmente a CPTM em casos de sinistros.

2.1 - O treinamento de Formação de Brigadista será realizado em 1 (um dia) com carga horária total de 08 (oito) horas, divididas em:

- **Primeiros Socorros - teoria e prática**, incluindo técnicas de RCP (Ressuscitação Cardiopulmonar) e utilização do DEA - Desfibrilador Externo Automático;
- **Combate a Incêndio – teoria e prática**, incluindo manuseio de hidrantes e extintores.

2.2 - O treinamento será ministrado em turmas de no mínimo 18 integrantes, entretanto, eventualmente a CPTM poderá solicitar a inclusão de participantes acima deste número (até o máximo de 50) e para tanto deverão ser atendidas as condições especiais de realização de treinamento, conforme especificado no item 3.5 deste Termo de Referência.

2.3 - Serão CONTRATADAS 5.760 inscrições de funcionários a serem treinados em aproximadamente 320 turmas, com previsão de distribuição de até 10 turmas mês, no prazo de **36 meses**, a contar da data de início, constante da Ordem de Serviço - OS.

2.4 - Dependendo do local, a CONTRATADA também será responsável pelo **transporte dos participantes** até as instalações do treinamento, além de alimentação (café da manhã, almoço e lanche) e certificações.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

Objetivo: Capacitar o treinando para reconhecer os riscos de incêndios, métodos de prevenção e atuação em caso de incêndio ou em caso de princípio de incêndio, para que adquira conhecimentos específicos sobre utilização de equipamentos de combate a incêndio, evacuação segura do local e prestação de primeiros socorros às possíveis vítimas, visando manter ou restabelecer suas funções vitais mediante utilização de técnicas de BLS (Suporte Básico da Vida) e RCP (Reanimação Cardiopulmonar), até a chegada de socorro especializado.

3.1 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TREINAMENTO, os conteúdos teórico e prático com a respectiva carga horária deverão estar de acordo com a IT/CB nº 17/2019, conforme tabelas “A” e “B”.

TABELA "A" - Parte Teórica

Módulo	Assunto	Objetivos
01 Introdução	Objetivos do curso e o Brigadista.	Conhecer os objetivos gerais do curso, responsabilidades e comportamento do brigadista.
02 Teoria do fogo	Combustão e seus elementos.	Conhecer o tetraedro do fogo.
03 Propagação do fogo	Condução, irradiação e convecção.	Conhecer os processos de propagação do fogo.
04 Classes de incêndio	Classificação e características.	Conhecer as classes de incêndio.
05 Métodos de extinção.	Isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química.	Conhecer os métodos e suas aplicações.
06 Ventilação.	Técnicas de ventilação.	Conhecer os métodos e técnicas de ventilação de ambientes em chamas e sua importância.
07 Agentes extintores.	H ₂ O - Água (jato/neblina); - PQS – Pó químico; CO ₂ - Gases carbônico; Espumas	Conhecer os agentes, suas características e aplicações.
08 Equipamentos de combate a incêndio.	- Extintores, hidrantes, mangueiras e acessórios. - EPI, corte, arrombamento, remoção e iluminação.	Conhecer os equipamentos suas aplicações e manuseio.
09 Equipamentos de detecção, alarme e comunicações.	Tipos e funcionamento.	Conhecer os meios mais comuns de sistemas e manuseio.
10 Abandono de área.	Procedimentos.	Conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro e chamada e controle de pânico.
11 Análise de vítimas.	Avaliação Primária.	Conhecer as técnicas de exame primário (sinais vitais).
12 Vias aéreas.	Causas de obstrução e liberação.	Conhecer os sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes.
13 RCP (Reanimação Cardio Pulmonar).	Ventilação artificial e compressão cardíaca externa.	Conhecer as técnicas de RCP com 1 e 2 socorristas para adultos, crianças e bebês.
14 Hemorragias.	Classificação e tratamento.	Reconhecimento e técnicas de hemostasia em hemorragias externas.
15 Movimentação e Remoção de Vítimas.	Transporte de vítima.	Conhecer as técnicas de transporte de vítimas clínicas e traumáticas com suspeita de lesão na coluna vertebral.
16 DEA (Desfibrilador Externo Automático).	Utilização do equipamento.	Conhecer as técnicas de utilização equipamentos semiautomáticos de desfibrilação.

TABELA "B" - Parte Prática		
Módulo	Assunto	Objetivos
01 Prática I.	Combate a incêndios.	<ul style="list-style-type: none"> - Simulação de incêndio com GLP e em painel elétrico. - Praticar as técnicas de combate a incêndio nas 3 classes, em local adequado, utilizando: <ul style="list-style-type: none"> • Hidrantes. • Extintores: CO2; PQS, AP (Com capacidade mínima de uma unidade extintora).
02 Prática II.	Primeiros Socorros.	<ul style="list-style-type: none"> Praticar as técnicas dos módulos 11 a 16 (Tabela "A"). • RCP - manequins para a pratica. • Talas, colar cervical, pranchas • DEA.

3.2 - CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

Os treinamentos serão realizados em instalações disponibilizadas pela empresa prestadora de serviço do objeto do contrato, com reservas em dias e horários previamente definidos pela CPTM **com até 07 dias de antecedência**.

3.2.1 - TEORIA

A CONTRATADA deverá possuir infraestrutura necessária ao desenvolvimento do programa, considerando:

- Realizar os 2 módulos do treinamento (Combate a Incêndio e Primeiros Socorros) em um único local.
- Sala de aula para comportar, no mínimo, 50 participantes, com condições ideais de iluminação e climatização (temperatura e ventilação).
- Bebedouros, banheiros masculinos e femininos próximos à sala de aula.
- Vestiários masculinos e femininos, com pelo menos 4 chuveiros aquecidos e armários suficientes para atender turmas com 50 participantes.
- Apostilas (com base na IT 17 e normas vigentes), previamente aprovadas pela CPTM, com todo seu conteúdo e conceitos atualizados e necessários ao desenvolvimento do programa, pastas, canetas, assim como os recursos audiovisuais e outros recursos que se façam necessários.

3.2.2 - PRÁTICA

A pratica será desenvolvida em pista de manabilidade apropriada e a CONTRATADA deverá dispor de equipamentos e combustível para todos os treinandos poderem simular combate de fogo com utilização de hidrantes e extintores de cada tipo (água, PQ e CO2) para a simulação de combate nas 03 (três) classes de incêndio - **A-B-C**.

Deverá fornecer uniformes limpos e adequados, para serem utilizados durante a realização do segmento prático (pista) do treinamento. Além disto, deverá fornecer os EPI's necessários como capacete, sendo 01 (um) por participante, além de outros equipamentos que sejam necessários.

Deverá dispor de DEA - Desfibrilador Externo Automático e Boneco Resusci anne - cálculo de 1 boneco e um desfibrilador para cada 7 treinandos.

Deve ser mantido no local de desenvolvimento dos treinamentos:

- Kit de Primeiros Socorros (Item 3.12 da NBR 14227/05).
- Ambulância de suporte básico tipo B.
- Material para remoção (prancha, maca, colar cervical).

3.2.3 - REFEIÇÕES

A empresa deverá dispor de local adequado para as refeições, respeitando as regras de higiene e vigilância sanitária, e suficiente para o número de participantes.

O cardápio deverá contemplar café da manhã, almoço e lanche da tarde:

- *Café da Manhã* - Café com leite, achocolatado, chá, lanches (pão, presunto, muçarela, manteiga, bolo, bolachas doces e salgadas).
- *Almoço* - Arroz, feijão, saladas (folhas e legumes), carnes (branca e vermelha e linguiça, preferencialmente na forma de churrasco) e sobremesa (fruta ou doce),
- *Lanche da Tarde* - sucos, lanches (pão, presunto, muçarela, manteiga, bolo, bolachas doces e salgadas).

3.3 - TRANSPORTE

Em caso de as instalações da CONTRATADA estarem localizadas a uma distância maior do que 600 metros de alguma Estação do Sistema Metroferroviário a CONTRATADA deverá fornecer transporte seguro e de qualidade para o percurso de ida e volta, com no máximo de 40 minutos de deslocamento até a instalação, considerando o horário previsto de saída do transporte às 7h30. Os custos de transporte não deverão onerar o valor global de cada participação.

O local de saída, tem como referência Pátio das Oficinas da Lapa, situado na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães número 200, Vila Anastácio, São Paulo, ou de qualquer outro local do sistema metroferroviário definido pela CPTM.

A empresa deverá disponibilizar um representante responsável para acompanhar o percurso de ida e volta ao local onde será ministrado o curso.

O tempo total despendido para o transporte e início do treinamento, desenvolvimento (curso) até seu término e retorno **não deverá ultrapassar 11 (onze) horas da saída inicial.**

4 - RECURSOS HUMANOS - HABILITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS:

A CONTRATADA deverá fornecer instrutores habilitados sendo imprescindível que os mesmos comprovem, no mínimo, os seguintes pré-requisitos contidos no item 5.4.5 e 5.4.6 da IT 17/2019:

- Formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, ou Técnico de Segurança do Trabalho devidamente registrados nos conselhos regionais competentes ou Órgãos de Classe CREA, ou componente dos Corpos de Bombeiros Militares, com comprovação de exercício na função por mais de 05 (cinco) anos.
- Dispor, para a atividade em pista, de pelo menos 1 instrutor habilitado e 1 auxiliar para cada turma de 18 treinandos.
- Dispor de 1 instrutor habilitado na prestação de Primeiros Socorros e 1 auxiliar para cada turma de 18 treinandos.

A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone e e-mail, bem como nome de um representante que será o contato direto com a CPTM para os assuntos referentes aos agendamentos e solução de problemas, se houver.

5 - CONDIÇÕES GERAIS E EXCEPCIONAIS

Para o caso excepcional de necessidade de turmas acima de 18 participantes, deverão ser respeitadas as seguintes condições:

- *De 19 a 35 participantes:* Mesmo sem aviso prévio, os participantes poderão ser adicionados à turma em andamento e cobrados como excedentes, pelo custo individual do valor contratado.
- *De 36 a 50 participantes:* Deverão ser desmembradas em 2 turmas de até 25 participantes) e cobrados como excedentes, pelo custo individual do valor contratado.

A CONTRATADA deverá dimensionar o número de instrutores e auxiliares assim como o material a

ser utilizado de acordo com a quantidade de treinandos.

Em caso de acidentes que, porventura, possam ocorrer durante o transporte de treinandos e simulação prática, as despesas decorrentes serão de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

6 - CERTIFICADOS E AVALIAÇÃO

A CONTRATADA deverá encaminhar à CPTM, ao término de cada turma, cópia da lista de presença e, no prazo máximo de 2 (dois) dias após o treinamento, declaração e lista de presença original que conste o nome de todos os participantes por turma, devidamente assinada pelo responsável da CONTRATADA, para fins de registro no sistema informatizado de dados da CPTM. Os certificados individuais de participação dos treinandos deverão ser entregues à CPTM, em mãos, ao término do treinamento de cada turma.

A CPTM poderá utilizar um instrumento de avaliação denominado avaliação de reação, a ser preenchido individualmente pelos participantes ao final do treinamento.

A CPTM se reserva o direito de a qualquer tempo realizar diligenciamentos por um representante técnico da Segurança do Trabalho e do Departamento de Treinamento durante o transcorrer dos treinamentos, com o objetivo de avaliar o desempenho Técnico e Didático e, caso considere necessário, exigir a troca de instrutor ou ajuste na sua forma de atuação.

7- CERTIDÕES E REGISTROS

Além dos documentos comerciais exigidos pelo edital, a CONTRATADA deverá apresentar à CPTM as seguintes documentações específicas:

- Alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura
- Alvará emitido pelo Corpo de Bombeiros
- Licenças de funcionamento emitidas pela CETESB e IBAMA
- Certificação de Destinação Residual

Também deverá apresentar os documentos comprobatórios de habilitação dos instrutores conforme item 5.4.5 da IT17/2019:

- Diploma reconhecido pelo MEC com a formação em Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho ou Técnico do Trabalho
- Diploma reconhecido pelo MEC com a formação em Medicina ou Enfermagem do Trabalho.
- Ensino médio completo e especialização em Prevenção e Combate a Incêndio com: carga horária mínima de 120 horas/aula para risco baixo ou médio; carga horária de 160 horas/aula para risco alto e técnicas de emergências médicas, carga horária mínima de 100 horas/aula para risco baixo, médio ou alto), para os componentes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Em caso de alteração do instrutor ou do auxiliar, a CONTRATADA deverá fazer a imediata comprovação de suas habilitações no prazo máximo de 2 (dois) dias antes do treinamento, sob o risco de não pagamento da turma realizada.

8- COMPOSIÇÃO DO PREÇO

Os custos devem ser referenciados pelo custo individual - *funcionário treinado* - incluindo-se todos os custos de transporte, fornecimento de materiais e as despesas diretas do treinamento teórico e prático mencionados no item 3 desta especificação, bem como alimentação (café, almoço e lanche da tarde).

Cabe ressaltar que deverá ser respeitado o número mínimo de 18 participantes por turma, mesmo que o número efetivamente treinado não alcance a este total.

Número de	Critério de Pagamento	Composição do Preço
-----------	-----------------------	---------------------

Participantes		
Até 18 participantes	Será realizada 1 turma e pago o valor referente a 18 participantes.	18 x R\$ custo individual
De 19 a 35 participantes	Será realizada 1 turma e pagos os valores exatos referentes ao número de participantes excedentes.	1 + N x R\$ custo individual
De 36 a 50 participantes	Serão realizadas 2 turmas e cobrados os valores exatos referentes ao número de participantes excedentes.	2 + N x R\$ custo individual

PLANILHA DE PREÇO A SER APRESENTADA PELO PROPONENTE			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO DO CONTRATO - 5760 TREINANDOS
Prestação de serviços de treinamento teórico e prático em técnicas de combate a incêndio para formação de Brigadistas - TREINAMENTO DE FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS, por um período de 36 meses, Incluindo-se todos os custos de transporte, certificações, alimentação e fornecimento de materiais e as despesas diretas do treinamento teórico e prático.	5760 treinandos (320 turmas, aproximadamente, com, no mínimo, 18 participantes por turma)	R\$	R\$

9- CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

9.1 - CANCELAMENTO E PRAZOS - CPTM:

A **CPTM** poderá, em função das suas necessidades, cancelar o treinamento agendado com antecedência de até 24 horas, sem custo algum.

9.2 - CANCELAMENTO E PRAZOS - CONTRATADA:

A **CPTM** se compromete a encaminhar cronograma de turmas com antecedência de mínima de 7 dias e a **CONTRATADA** deverá atender ao pedido no prazo máximo de 10 dias, a contar da data da solicitação.

Caso a **CONTRATADA** não venha a atender a demanda solicitada no prazo de 10 dias estará passível de multa. A não disponibilidade de atendimento no prazo de 10 dias implicará na glosa de 5 % do valor da turma agendada.

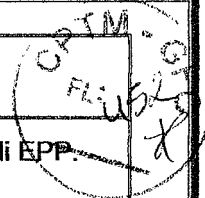
9.3 - CANCELAMENTO DE CONTRATAÇÃO:

O não cumprimento das cláusulas descritas neste Termo de Referência caracterizará quebra de contrato com apuração de responsabilidades e ônus.

Cabe a **CPTM** realizar a avaliação técnica periódica dos serviços prestados e caso a empresa **CONTRATADA** apresente serviços abaixo do nível esperado, o contrato poderá ser rescindido.

ANEXO II

Proposta da CONTRATADA



ANEXO III
PREGÃO ELETRONICO Nº 0059203061
PROPOSTA

PREGÃO ELETRONICO Nº 0059203061

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE BRIGADA DE INCENDIO – FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCENDIO.

Prezados Senhores,

Tendo tomado conhecimento dos termos do edital da licitação sob referência, temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta para a prestação de serviços objeto desta Licitação.

1. SERVIÇOS

1.1. A presente proposta refere-se ao **OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE BRIGADA DE INCENDIO – FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCENDIO**

1.2. Nelas, estão observadas todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico nº 0059203061 e seus anexos.

2. PREÇOS

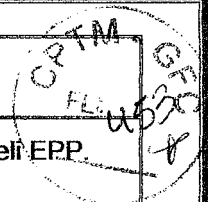
2.1. O preço total para os serviços objeto do edital que propomos é de R\$ 714.240,00 (Setecentos e quatorze mil e duzentos e quarenta reais) data-base Julho/2020.

2.1.1 O valor unitário, lançado para fins de proposta no sistema BEC/PE é de R\$ 124,00 (Centro e vinte e quatro Reais).

2.2 No preço indicado no sitem anterior estão incluídos, além de mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita **execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI.**

3. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VALIDADE DA PROPOSTA

3.1 O prazo de execução do objeto contratual [e de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de início estabelecida na Ordem de Serviço – O.S., a ser emitida pela CPTM em até 15 (quinze) dias, da data da



assinatura do contrato, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante a formalização de termo de aditamento.

3.2 O prazo de validade da presente proposta é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de entrega.

4. DECLARAÇÕES

4.1. Declaramos ter pleno conhecimento da natureza dos serviços a serem prestados.

4.2. Declaramos nos submeter a todas as cláusulas e condições do edital, bem como as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, do regulamento de Licitações e Contratos da CPTM e da Lei Federal nº 13.303/16, bem como da Legislação Estadual pertinente, que regerão o contrato decorrente desta licitação.

4.2. Declaramos nosso compromisso de respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade e o Código de Conduta e Integridade de Fornecedores, Prestadores de serviços e Parceiros da CPTM que se encontram disponíveis no site da companhia no endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/Paginas/Codigo-de-Conduta-Integridade-dos-Fornecedores.aspx>.

Itapequerica da Serra, 01 de outubro de 2020.

Claudia Santana da Rocha Santos
Responsável Legal
CPF nº 272.463.878-62

00.238.681/0001 - 20
JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI - EPP
Rua: Major Telles, 38-Conjunto 12
Centro - Cep: 06850-001
Itapequerica da Serra - SP

ANEXO III

Planilha de Quantidades e
Preços Propostos

ANEXO IV

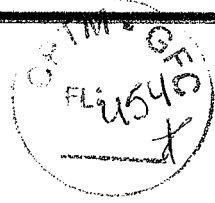
PREGÃO ELETRONICO Nº 0059203061

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS PROPOSTOS			
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
<p>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TREINAMENTO TEORICO E PRATICO DE BRIGADA DE INCENDIO - FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCENDIO</p> <p>No Preço indicado deverá estar incluso, além da mão de obra, material, equipamentos, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis a perfeita execução dos serviços objeto da licitação, também o BDI</p>	<p>5760 TREINANDOS (320 TURMAS, APROXIMADAMENTE, COM NO MINIMO 18 PARTICIPANTES POR TURMA)</p>	<p>R\$ 124,00</p>	<p>R\$ 714.240,00</p>
DATA BASE: julho/2020			

Itapeceira da Serra, 01 de outubro de 2020.

Claudia Rocha
Claudia Santana da Rocha Santos
Responsável Legal

00.238.681/0001 - 20
JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI - EPP
Rua: Major Telles, 38-Conjunto 12
Centro - Cep: 06850-001
Itapeceira da Serra - SP



ANEXO IV

Cronograma Físico-Financeiro

Anexo IV
CONTRATO Nº 005920306100
Cronograma Físico-Financeiro

Mês	mês 1	mês 2	mês 3	mês 4	mês 5	Sub-total
*Qtde Executada	180	162	90	162	180	774
Percentual Desembolso	3,1250%	2,8125%	1,5625%	2,8125%	3,1250%	13,4375%

Mês	mês 6	mês 7	mês 8	mês 9	mês 10	mês 11	mês 12	mês 13	mês 14	mês 15	mês 16	mês 17	Sub-total
*Qtde Executada	180	162	180	162	126	162	180	162	90	180	162	162	1908
Percentual Desembolso	3,1250%	2,8125%	3,1250%	2,8125%	2,1875%	2,8125%	3,1250%	2,8125%	1,5625%	3,1250%	2,8125%	2,8125%	46,56%

Mês	mês 18	mês 19	mês 20	mês 21	mês 22	mês 23	mês 24	mês 25	mês 26	mês 27	mês 28	mês 29	Sub-total
*Qtde Executada	180	162	162	162	180	162	162	162	162	180	162	162	1998
Percentual Desembolso	3,125%	2,813%	2,813%	2,813%	3,125%	2,813%	2,813%	2,813%	2,813%	3,125%	2,813%	2,813%	81,2500%

Mês	mês 30	mês 31	mês 32	mês 33	mês 34	mês 35	mês 36	Sub-total	Total
*Qtde Executada	162	144	162	144	162	144	162	1080	5.760
Percentual Desembolso	2,8125%	2,5000%	2,8125%	2,5000%	2,8125%	2,5000%	2,8125%	18,7500%	100,00%



ANEXO V

Cópia da Declaração de Ciência e Responsabilidade

ANEXO X
PREGÃO ELETRONICO Nº 0059203061


DECLARAÇÃO DE CIENCIA E RESPONSABILIDADE

Pelo presente, eu, **CLAUDIA SANTANA DA ROCHA SANTOS**, representante legal da empresa **JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI EPP**, sob CNPJ nº 00.238.681/0001-20, na qualidade de fornecedor ou parceiro comercial da CPTM, neste ato declaro estar ciente dos termos do código de conduta e integridade e do código de conduta e integridade de fornecedores, prestadores de serviços e parceiros da CPTM, comprometendo-me a adotar as práticas indicadas neles para a realização das atividades minhas e da empresa, bem como manter a confidencialidade de todas e quaisquer informações recebidas para o desenvolvimento das atividades relativas a CPTM, mesmo depois do termino da relação contratual entre CPTM e a empresa.

Além disso, com relação as questões de corrupção, declaro que eu e a empresa estamos de acordo com as diretrizes apresentadas nestes códigos, acessados através do endereço eletrônico <http://www.cptm.sp.gov.br/Governanca/paginas/codigo-de-conduta-integridade-dos-fornecedores.aspx>, e entendo que estou proibido de oferecer, prometer, pagar, autorizar ou receber quaisquer pagamentos indevidos, bem como realizar fraudes de qualquer natureza.

Declaro que a empresa cumpre as leis aplicáveis de combate a corrupção e que disseminamos e esperamos a mesma conduta de nossos funcionários, fornecedores, parceiros comerciais, funcionários e terceirizados e representantes.

Itapequerica da Serra, 01 de outubro de 2020.



Claudia Santana da Rocha Santos
Responsável Legal
CPF nº 272.463.878-62

00.238.681/0001 - 20
JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI - EPP
Rua: Major Telles, 38-Conjunto 12
Centro - Cep: 06850-001
Itapequerica da Serra - SP

ANEXO VI

Termo de Ciência e de Notificação

ANEXO VI**CONTRATO Nº 005920306100****TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM****CONTRATADA: JR ROCHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO EIRELI****CONTRATO Nº: 005920306100****OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TREINAMENTO TEÓRICO E PRÁTICO DE BRIGADA DE INCÊNDIO – FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO.**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; e
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; e
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, 03 de Dezembro de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PEDRO TEGON MORO

Cargo: Diretor Presidente

CPF: 144.051.718-58

RG: 21.448.592-4

Data de Nascimento: N/I

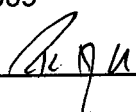
Endereço residencial completo: N/I

E-mail institucional pedro.moro@cptm.sp.gov.br

E-mail pessoal: N/I

Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: _____





Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: PEDRO TEGON MORO
Cargo: Diretor Administrativo e Financeiro em Exercício
CPF: 144.051.718-58
RG: 21.448.592-4
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional pedro.moro@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: _____

Nome: PEDRO TEGON MORO
Cargo: Diretor Presidente
CPF: 144.051.718-58
RG: 21.448.592-4
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional pedro.moro@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7009

Assinatura: _____

Nome: IVAN APARECIDO DE SOUZA MORENO
Cargo: Gerente de Desenvolvimento Organizacional e Recursos Humanos
CPF: 825.990.418-72
RG: 9.710.478
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: ivan.moreno@cptm.sp.gov.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 3117-7049

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: CLAUDIA SANTANA DA ROCHA SANTOS
Cargo: Representante Legal
CPF: 272.463.878-62
RG: 27.596.388-3
Data de Nascimento: N/I
Endereço residencial completo: N/I
E-mail institucional: licitacao@lmedseg.com.br
E-mail pessoal: N/I
Telefone(s): (11) 4666-5050 - R. 5403

Assinatura: _____